



IAP E DIÁLOGOS DE SABERES: SENTIPENSANDO EXPERIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO LUGAR

IAP and Knowledge Dialogues: felt thinking about socio-environmental experiences in place

IAP y Diálogos de Saberes: sentipensando experiencias socioambientales en el lugar

Pamela Cichoski¹

Marlize Rubin-Oliveira²

Hieda Maria Pagliosa Corona³



RESUMO

O presente artigo é um dos resultados de debates sobre pesquisa-ação-participativa que ocorreram no contexto do “1º Encontro Internacional de Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação” em Montevideo – Uruguai, em março de 2023. Nessa direção, o objetivo desse artigo é analisar experiências socioambientais no lugar, considerando nossa práxis no CIMMAD (Centro de Integração Madre Maria Domênica), bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão, Pr-Brasil. Nesse sentido, o diálogo de saberes, a participação e o compromisso social são elementos importantes, das práticas epistemológicas e ontológicas que orientam o movimento sentipensante da e na pesquisa-ação-participativa (IAP). Para tanto, este artigo está dividido em dois momentos de análise e reflexão, em que no primeiro, propomos uma análise de como estamos trabalhando em nossa pesquisa-ação-reflexão a metodologia IAP, buscando tecer com os sujeitos diálogos de saberes e fazeres socioambientais. E no segundo momento, apresentamos uma parte da experiência, considerando o ritmo de reflexão-ação, a inserção social e o compromisso político. E considerando as primeiras análises dessa caminhada em construção, entendemos que a relação universidade e comunidade, por meio da IAP, pode contribuir para a tecitura de relações mais horizontais, respeitadas e enraizadas/localizadas com o lugar, valorizando-se os saberes-fazeres socioambientais dos sujeitos.

Palavras Chave: Lugar; Participação; IAP e Socioambiental.

ABSTRACT

This article is one of the results of debates on participatory-action-research that took place in the context of the “1st International Meeting of Qualitative Research and/or Action Methodologies” in Montevideo – Uruguay, in March 2023. This article is to analyze socio-environmental experiences in the place, considering our practice at CIMMAD (Centro de Integração Madre Maria Domênica), Padre Ulrico neighborhood, Francisco Beltrão, Pr-Brasil. In this sense, the dialogue of knowledge, participation and social commitment are important elements of the epistemological and ontological practices that guide the sentipensante movement of and in participatory-action-research (IAP). Therefore, this article is divided into two moments of analysis and reflection, in which, in the first, we propose an analysis of how we are working in our research-action-reflection the IAP methodology, seeking to weave with the subjects dialogues of socio-

¹ Graduada em Geografia e mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unioeste, doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, bolsista CAPES, pamelacichoski@hotmail.com

² Professora do PPGDR/UTFPR. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, marlize.rubin@gmail.com

³ Professora do PPGDR/UTFPR. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná; Líder do Grupo de Estudos Ariadne, hiedacorona@hotmail.com

environmental knowledge and actions. And in the second moment, we present a part of the experience, considering the pace of reflection-action, social insertion and political commitment. And considering the first analyzes of this journey under construction, we understand that the university and community relationship, through the IAP, can contribute to the weaving of more horizontal, respectful and rooted/localized relationships with the place, valuing socio-environmental know-how of the subjects.

Keywords: Place; Participation; IAP and Socioenvironmental.

RESUMEN

Este artículo es uno de los resultados de los debates sobre investigación-acción-participativa que se llevaron a cabo en el marco del “I Encuentro Internacional de Investigación Cualitativa y/o Metodologías de Acción” en Montevideo – Uruguay, en marzo de 2023. Este artículo tiene por objeto analizar experiencias socioambientales en el lugar, considerando nuestra práctica en CIMMAD (Centro de Integração Madre Maria Domênica), barrio Padre Ulrico, Francisco Beltrão, Pr-Brasil. En este sentido, el diálogo de saberes, la participación y el compromiso social son elementos importantes de las prácticas epistemológicas y ontológicas que orientan el movimiento sentipensante de y en la investigación-acción-participativa (IAP). Por ello, este artículo se divide en dos momentos de análisis y reflexión, en los cuales, en el primero, proponemos un análisis de cómo estamos trabajando en nuestra investigación-acción-reflexión la metodología IAP, buscando tejer con los sujetos diálogos de -Conocimientos y acciones ambientales. Y en el segundo momento, presentamos una parte de la experiencia, considerando el ritmo de reflexión-acción, inserción social y compromiso político. Y considerando los primeros análisis de este recorrido en construcción, entendemos que la relación universidad y comunidad, a través de la IAP, puede contribuir a tejer relaciones más horizontales, respetuosas y arraigadas/localizadas con el lugar, valorizando los saberes socioambientales. de los sujetos.

Palabras clave: Lugar; Participación; IAP y Socioambiental

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um dos resultados de debates sobre pesquisa-ação-participativa que ocorreram no contexto do “I Encontro Internacional de Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação” em Montevideo – Uruguai, entre os dias 25 a 27 de maio de 2023, com o tema ‘Desenvolvimento sustentável rural-urbano’. O qual contou com importantes pesquisadores e pesquisadoras do tema, congregando saberes e experiências voltados para o fortalecimento de ciências populares e da produção de conhecimentos enraizados/localizados.

Nessa direção, o objetivo desse artigo é analisar experiências socioambientais realizadas na escala do lugar, considerando nossa práxis no CIMMAD (Centro de Integração Madre Maria Domênica), bairro Padre Ulrico, Francisco Beltrão, PR-Brasil. Nesse sentido, o diálogo de saberes, a participação e o compromisso social são elementos importantes, das práticas epistemológicas e ontológicas que orientam o movimento sentipensante da e na pesquisa-ação-participativa (IAP). Para Fals Borda (2015 [1998]) sentipensar é um movimento relacional que envolve razão e emoções de forma equilibrada, possibilitando a criação de sentidos e significados das e nas ações cotidianas,

bem como coproduzir conhecimentos, saberes e fazeres coletivos de forma participativa (Fals Borda, 2015 [1998]).

O diálogo de saberes, segundo Leff (2019), acontece e refere-se ao encontro de seres culturais diferentes, na diversidade de modos de vida, compreensão de mundo e ‘modos de ser-en-el-mundo’, avançando além da combinação de saberes e fazeres, e da troca de opiniões sobre as questões que afetam as sociedades: é um modo de resistência como forma de sobrevivência e transformação social. Nessa direção, a participação com compromisso social pode contribuir para o fortalecimento da consciência de classe e de lugar (Saquet, 2021) como forma outra de produção de conhecimentos e experiências territoriais localizadas e enraizadas no lugar.

Nesse sentido, a metodologia adotada é a IAP (Investigação-Ação-Participativa), em que estamos trabalhando de acordo com as etapas e níveis orientados por Fals Borda, sempre num movimento de ação-reflexão-ação, construindo relações sujeito-sujeito a partir do lugar. Desse modo, o lugar pode ser entendido a partir dos sujeitos e de seus modos de vida, sendo construído e ressignificado por meio das relações socioambientais e culturais-comunitárias, contendo identidades, memórias, símbolos e significados próprios, constituindo-se no território (CASTRO e SODRÉ, 2022).

Para tanto, este artigo está dividido em dois momentos de análise e reflexão, em que, no primeiro, propomos uma análise de como estamos trabalhando a metodologia IAP em nossa pesquisa-ação-reflexão, buscando tecer com os sujeitos diálogos de saberes e fazeres socioambientais. E no segundo momento, apresentamos uma parte da experiência, considerando o ritmo de reflexão-ação, a inserção social e o compromisso político. Cabe destacar que a pesquisa está em andamento, junto ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Campus Pato Branco), nível doutorado, bem como conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Diálogos de saberes e IAP

O diálogo de saberes parte das relações socioambientais que tecem a vida cotidiana dos sujeitos e seus laços com o lugar, em ritmo de trocas, proximidades, identidades, memórias, conhecimentos e solidariedades que conformam relações comunitárias nesses lugares de vida. Configurando-se espaços de partilha, a solidariedade e a proximidade estão voltadas para a sustentabilidade da vida. Para Leff (2019, p. 7) o diálogo de saberes “[...]se constitui assim, em outro modo de compreensão da geração de outras verdades históricas: e outros modos de produção

da existência humana e da constituição de outros mundos possíveis”. Ainda, concordando com o autor, pode-se pensar em possibilidades de mudanças no tecido social, saindo da lógica capitalista/consumista e deslocando-se para o fortalecimento de uma ‘racionalidade ambiental’ voltada para a sustentabilidade da vida.

A sustentabilidade da vida é, no entanto, a busca por sentipensar a vida no planeta em íntima relação com a natureza. Nesse sentido, considera-se a natureza humana e não-humana, nossos corpos, pensamentos, emoções e racionalidades, bem como tudo que é exterior ao corpo, que compõem a vida no planeta, em interrelações contínuas e fluidas. Para Leff (2019, p.8) a construção da sustentabilidade está voltada à “[...]maneira que são produzidas pela racionalidade as intervenções na vida, sem saber os efeitos de tal intervenção”, assim, faz-se necessário “[...]recuperar e reconstruir a partir dos imaginários e dos processos de reapropriação dos modos de vida dos povos, por meio do diálogo de saberes”. Sentipensando a relação sociedade-natureza, desde as coexistências que dinamizam as territorialidades cotidianas, podemos contribuir neste imenso e complexo desafio contra a morte.

Nesse contexto, o diálogo de saberes acontece no encontro do conhecimento científico com o saber popular, gerando dinâmicas coexistentes que interagem em favor do fortalecimento das lutas sociais, contra os discursos e práticas dominadoras, buscando produzir conhecimentos enraizados e voltados para a melhoria das condições de vida dos sujeitos. No entanto, essa compreensão requer posturas interdisciplinares e diversas de coprodução de conhecimentos, pois leva em conta o enraizamento dos sujeitos e as relações e identidades que tecem a comunidade local.

Assim, a construção de diálogos de saberes tem como premissas a participação, identidade e autonomia de todos envolvidos em cada processo direcionado para a valorização dos territórios como lugar de vida, em que os sujeitos constroem relações cotidianas e coproduzem saberes-fazer socioambientais e pluriversais (Escobar, 2016; Cichoski et al, 2022). Nessa coprodução, o enraizamento tem um significado de resistência à lógica do capital, fundamentando modos outros de vida e produção de conhecimentos (Walsh, 2006). Ou ainda, em sua forma mais ampla, é uma questão coletiva, contendo dimensões histórica e social que configuram os processos comunitários e socioambientais (Ardans, 2014), sendo fluído, contribuindo para a contínua resignificação dos lugares.

Esse movimento, no entanto, exige posturas e práxis sociais comprometidas com os sujeitos e com os processos de resistências cotidianas, no sentido de ‘fazer com’, valorizando os saberes-fazer dos sujeitos, e respeitando seus modos de vida, sensibilidades de mundo, cosmologias e ritmos espaço-temporais. Dessa forma, as pesquisas acadêmicas precisam ser

repensadas, como já nos alertava Fals Borda (2006 [1981]), e voltadas para gerar contribuições para as pessoas envolvidas nos processos investigativos, por meio de relações horizontais e com responsabilidade social.

A IAP, conforme estamos entendendo e trabalhando, tem como princípios fundantes o compromisso político e social com os sujeitos das bases populares, a inserção social do/a pesquisador/a, relações sujeito-sujeito, a comunicação adequada e contínua e o ritmo de reflexão-ação, buscando a transformação social com a melhoria das condições de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa, produzindo-se conhecimentos enraizados nos territórios (Fals Borda, 2015 [1998]; Cichoski, 2021). Isto precisa ocorrer num movimento de sinergia que une ativismo e investigação voltados para a construção de marcos teóricos-conceituais, que fundamentam as análises reflexivas dos conflitos e realidades sociais, e contribuem com as ações políticas (Rappaport, 2018).

Esse movimento exige outras práticas, ou ainda a tessitura de práxis dialógicas e participativas, que possam abrir caminhos para a promoção de transformações sociais, originadas em relações de confiança, trabalho coletivo e pesquisa-ação, em contextos de aproximação entre comunidades, lugares e universidades, congregando a realidade socio-histórica aos processos de pesquisa, com responsabilidade, num movimento que contemple o 'sujeito-mundo', ligado à existência humana (Kosik, 1986).

A práxis, no contexto da IAP, reforça a importância dos sujeitos, bem como seus saberes e fazeres, voltando-se para as experiências associadas à consciência subjetiva e objetiva (Vásquez, 1977). A práxis, desse modo, molda a vida nos lugares e nos territórios, dinamizando a experimentação da liberdade humana, por meio do trabalho, das emoções e das territorialidades cotidianas. Ou ainda, a práxis está ligada às criações intelectuais, espirituais e materiais que edificam a vida humana, portanto, é criadora da realidade (Vásquez, 1977; Kosik, 1986). Dessa forma, está na relação sujeito-natureza, originando saberes, fazeres e modos de vida.

E com o intuito de seguirmos os princípios defendidos pela IAP, construímos nossa pesquisa, lendo, agindo e sentipensando o lugar, a partir das fases gerais (Quadro 1) apresentadas por Fals Borda (2014 [1997], 2006 [1981], 2015 [1998]). Essas fases tem o objetivo de orientar o/a pesquisador/a no processo de realização e desenvolvimento da IAP, com abertura e flexibilidade, sem perder a cientificidade no processo de pesquisa, ação e reflexão (Mota Neto, 2016; Cichoski, 2021).

Quadro 1. Metodologia IAP – Orlando Fals Borda

Fase 1: Autenticidade e compromisso	<ul style="list-style-type: none">- Interações respeitosas e disciplinadas com o objetivo de auxiliar os movimentos de base.- Fuga do objetivismo.
Fase 2: Antidogmatismo	<ul style="list-style-type: none">- Movimento contrário ao dogmatismo.- Cuidado com princípios ideológicos puros.- Postura mediadora do investigador entre as instituições políticas e as bases populares.- Construção de uma ciência que parta das bases a partir de relações, humildes, inclusivas, integrativas, informativas e formativas.
Fase 3: Devolução sistemática	<ul style="list-style-type: none">- Valorização da cultura popular reconhecendo seu dinamismo.- Devolução sistemática, ordenada e humilde.- Movimento de desalienação e formação de conhecimentos para os diferentes níveis de alfabetização e condição social.- Comunicação diferenciada e simples.
Fase 4: Retorno aos intelectuais orgânicos	<ul style="list-style-type: none">- Relações dialéticas entre as bases e os intelectuais no processo de investigação.- Formação de um grupo <i>ad hoc</i>, para a construção do conhecimento.- Visão total e integrada do conhecimento.- Interações em campo identificando os problemas reais que envolvem as bases populares.
Fase 5: Ritmo de reflexão-ação	<ul style="list-style-type: none">- Articulação do conhecimento nas diferentes escalas e de modos diversos.- Ritmo constante de ação- reflexão permeado pela práxis.- Construção do conhecimento em espiral (do simples ao complexo).- Interações constantes entre as bases populares e os grupos de referências.
Fase 6: Ciência Modesta/Popular e técnicas dialógicas	<ul style="list-style-type: none">- Ciência construída a partir das vivências cotidianas e simples, observando as questões locais, as condições socioeconômicas e da vida prática.- Postura do investigador, humilde para ouvir os diferentes discursos construídos nos diversos contextos culturais, manter relações simétricas – sujeito-sujeito.- Compreender os sujeitos de base como <i>sentipensantes</i>.

Fonte: adaptado de Cichoski (2021, p. 80)

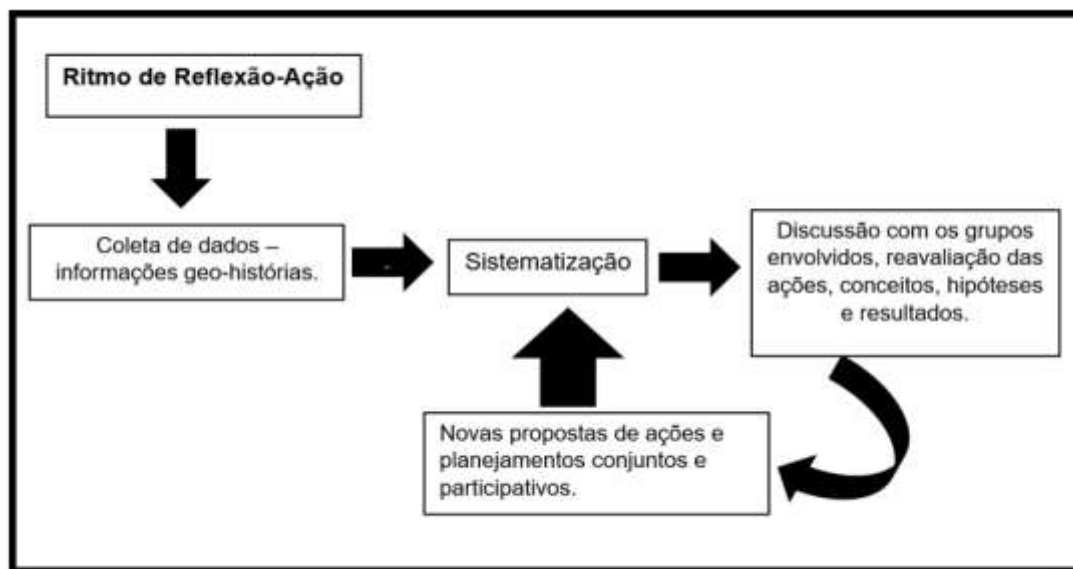
No quadro acima podem ser observadas as seis fases que orientam, de forma didática, flexível e aberta o desenvolvimento da pesquisa-ação-participativa, considerando as adequações, adaptações e realidades dos grupos envolvidos nos processos de investigação. A construção desse quadro tem a intenção de auxiliar o/a pesquisador/a no processo de sentipensar seu processo de

pesquisa-ação-reflexão junto aos sujeitos, sem perder de vista os princípios basilares da metodologia.

Dessa forma, na fase 1 da IAP, autenticidade e compromisso (Fals Borda, 1978, 2006 [1981], 2014 [1997]) orienta a construção de relações horizontais sujeito-sujeito, com posturas de diálogo comprometidos por parte dos/as pesquisadores/as com as causas populares. A intenção é contribuir com os sujeitos no processo formativo e informativo, a partir da formação acadêmica e/ou popular do pesquisador/a, por meio da coprodução de conhecimentos a partir da participação e dos diálogos de saberes-fazer socioambientais (Cichoski, 2021).

Nessa direção, em nosso ‘fazer com’ os sujeitos, na fase 1, um dos movimentos que se desenharam, foi o resgate histórico do lugar, contendo a formação do bairro (Padre Ulrico) e suas dinâmicas socioambientais e político-econômicas, bem como os processos que originaram a horta comunitária Amarbem/CIMMAD. Sendo assim, faz-se importante destacar, que nesse movimento também trabalhamos aspectos das fases 2 e 3, de modo que as mesmas estão interligadas, respeitando-se o ritmo de reflexão-ação. Conforme poder ser observado na figura 1, a configuração desse ritmo exige abertura na comunicação, de modo que a mesma seja adequada e respeite os níveis de formação acadêmica dos diferentes sujeitos, sendo um desafio para o/a pesquisador/a, que deseja trabalhar nessa direção.

Figura 1: Ritmo de reflexão-ação



Fonte: Cichoski (2021, p. 67)

No ritmo de reflexão-ação, a comunicação acontece de forma contínua, de modo que os sujeitos envolvidos na pesquisa participam ativamente, controlando o avanço da pesquisa, no sentido de coproduzir conhecimentos ‘desde abaixo’, ou seja, de dentro dos movimentos coletivos,

das bases populares, priorizando as demandas da comunidade envolvida e participando num processo de trocas de saberes-fazer, numa dinâmica pedagógica de ensinar e aprender continuamente.

Nesse caminho, na fase 2, antidogmatismo, Fals Borda destaca a importância do cuidado com teorias puras, ditas universais, bem como o endeuamento científico, que estruturam as bases da colonialidade do saber. E como movimento contrário ao dogmatismo, o autor destaca a importância da mediação no processo investigativo, sempre valorizando os sujeitos e seus saberes-fazer, buscando contribuir para a construção de uma ciência popular útil para as pessoas, com enraizamento local, cultural e político (Fals Borda, 1978, 2006 [1981], 2014 [1997]; Mota Neto, 2016).

Com essa compreensão, podemos entender que, a inserção no lugar pode acontecer de forma participativa e dialógica, contribuindo para relações horizontais e respeitadas entre sujeitos. Desse modo, conforme orientam a fase 1 e 2, as contribuições de cada sujeito (especialmente o/a pesquisador/a), precisam partir dos níveis formativos de cada um/uma, estando voltados para a melhoria das condições sociais presentes. Ao mesmo tempo se constroem movimentos contínuos de ensino-aprendizagem e trocas de saberes-fazer socioambientais.

Já na fase 3, Devolução Sistemática, segundo Fals Borda (2014 [1997], 2006 [1981], 2014 [2006]), é o momento da restituição dos conhecimentos aos grupos populares envolvidos no processo de pesquisa. No entanto, essa devolução precisa acontecer de forma organizada, sistemática e contínua mantendo o ritmo de reflexão-ação, buscando sempre o fortalecimento de relações sujeito-sujeito, com humildade e respeito. Essa fase, contém quatro regras, que são divididas em níveis 0, 1, 2, 3, que orientam esse exercício.

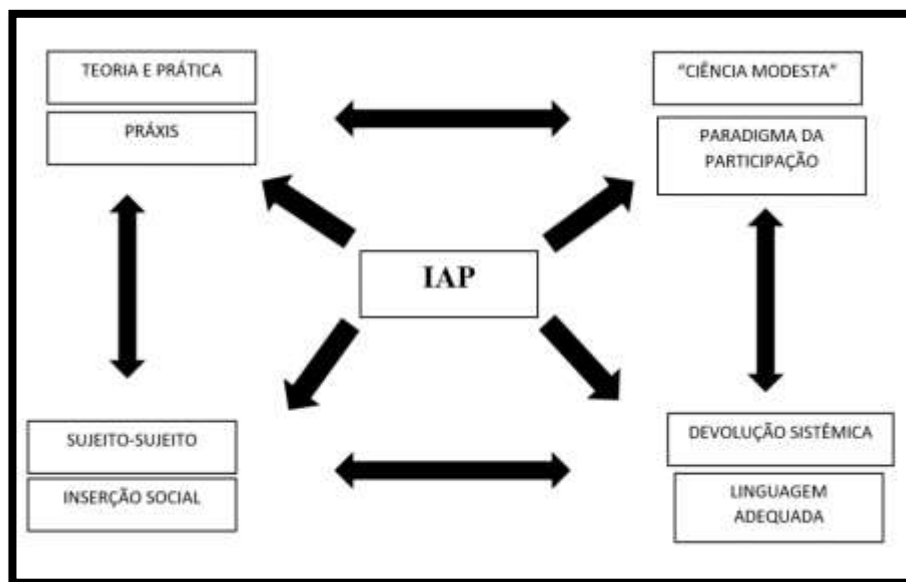
A regra 1, trata-se da ‘comunicação diferencial’, que envolve o resgate histórico, respeitando-se o desenvolvimento político e educacional dos grupos populares, podendo acontecer em quatro níveis; no nível 0 faz-se uso de mapas-falados, poemas, músicas e desenhos de autores locais, relacionados com a história do lugar; no nível 1, busca-se construir as bases para uma boa comunicação com os grupos populares envolvidos na pesquisa, por meio de histórias em quadrinhos e ilustrações (Fals Borda, 2006 [1981]).

Já no nível 2, volta-se para a produção de materiais para serem publicados na dimensão dos movimentos sociais, considerando a ampla participação dos líderes locais, sendo estas informações sistematizadas pela comunidade e líderes locais; e no nível 3, busca-se produzir materiais para serem publicados no nível acadêmico, atendendo demandas dos/as pesquisadores/as, numa dimensão mais geral dos temas debatidos localmente (Fals Borda, 2006 [1981]).

Nesse mesmo nível, a regra 2 refere-se à importância da ‘simplicidade de comunicação’, ligada a uma linguagem acessível dos textos; na regra 3, ‘auto-investigação e controle’, busca-se a construção de diálogos contínuos com os grupos populares, para que estes possam fazer a auto-avaliação e ter o controle do processo de pesquisa, não perdendo o foco sobre as demandas e prioridades, assim a relação sujeito-sujeito torna-se indispensável; e na regra 4, ‘popularização técnica’, a orientação volta-se para o rompimento da dependência intelectual e para o fortalecimento da autonomia dos grupos, por meio da popularização das técnicas de pesquisa (Fals Borda, 2006 [1981]).

Numa leitura geral, esses níveis de pesquisa orientam o processo de reflexão-ação, com o intuito de fortalecer as relações entre os sujeitos, na dimensão do vivido, podendo contribuir para o ‘fazer com’, valorizando o lugar e a produção dos territórios, por meio das territorialidades cotidianas. Nesse sentido, são orientações que buscam auxiliar os/as pesquisadores/as, sem pretensão de torna-se fixo ou único, orientando o uso de técnicas de pesquisa adequadas e localizadas, que possam atender as demandas existentes de forma respeitosa e ética. Conforme pode ser observado na figura 2, a metodologia IAP, configura-se como uma proposta aberta e flexível com o objetivo de atender as demandas sociais com enraizamento, contextualização com os territórios, sem perder os critérios científicos.

Figura 2: Síntese da IAP – Fals Borda (2014 [1993])



Fonte: Cichoski (2021, p. 83)

Nesse processo de aprender cotidianamente e construir com, a partir das territorialidades cotidianas de reflexão-ação-reflexão, é como esta experiência a partir da IAP tem se desenvolvido.

Assim, na próxima seção descrevemos e refletimos sobre parte da experiência no contexto do CIMMAD, buscando sentipensar a coprodução de saberes-fazer socioambientais realizados no lugar.

Experiências de pesquisa-ação-reflexão e saberes socioambientais

Os saberes socioambientais, segundo Floriani e Vergara (2015), perpassam as relações que os sujeitos constroem em sociedade e com a natureza, contendo pensamentos, valores, significados e fenômenos incorporados por meio das territorialidades cotidianas. Esse movimento, configura tramas complexas de interrelações que se auto influenciam de forma contínua, originando proximidades e distanciamentos nos lugares e coexistências nos territórios.

Dessa forma, a produção de conhecimento socioambientais exige diálogos de saberes-fazer, bem como complementariedades (Floriani e Vergara, 2015), circunscritas nos modos de vida e em cada lugar. Essa compreensão perpassa interpretações outras da natureza e da cultura, que contrariam a lógica capitalista, movimentando-se na direção da sustentabilidade da vida, enquanto forma de resistência e preservação das identidades e dos saberes-fazer enraizados/localizados (Floriani e Vergara, 2015; Leff, 2019).

Essa interpretação dos saberes socioambientais também contém coexistências que congregam conflitos e resistências históricas que marcam o lugar, territorialidades cotidianas e relações de poder intrínsecos aos territórios. Desse modo, as diferentes interrelações socioambientais que tecem os saberes socioambientais, configuram-se a partir das leituras e sensibilidades dos sujeitos sobre a natureza, considerando os níveis de enraizamento/pertencimento, identidades e histórias de cada lugar (Floriani, 2009).

Nesse contexto, o lugar da nossa pesquisa-ação é o Centro de Integração Madre Maria Domênica- CIMMAD. É uma instituição religiosa, sem fins lucrativos, que oferta atividades de contraturno escolar, para crianças de 4 a 12 anos, moradoras do bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão, Paraná. Essa instituição é coordenada pela Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família e mantida pela Caritas Diocesana de Palmas. Outrossim, essa instituição abriga um projeto de extensão universitária da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão), denominado “Coletivo de Mulheres do Campo e da Cidade” (popularmente conhecido como Projeto das Plantas Mediciniais), que desenvolve atividades no bairro desde 2013, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural das plantas medicinais, que deu origem a horta comunitária Amarbem/CIMMAD.

É nesse contexto que ocorre a pesquisa-ação-participativa. Buscamos nos inserir no contexto do bairro, por meio da práxis, trabalhando com as guardiãs das plantas medicinais,

responsáveis pela horta comunitária Amarbem/CIMMAD, e com a equipe pedagógica e multidisciplinar do CIMMAD. Assim, nossa inserção, até o momento, ocorre por meio da observação participante, da pesquisa-ação com a realização de oficinas e da cartografia social.

A observação participante no lugar teve início em novembro de 2021, marcando o retorno parcial das atividades, no contexto da pandemia de Covid-19, desse modo passamos a participar das reuniões do grupo e dos mutirões de limpeza da horta comunitária. Esses primeiros encontros foram fundamentais para a construção de relações de confiança. Ao longo de 2022 até o presente momento, as reuniões e encontros do grupo passaram a acontecer de forma mais frequente, bem como passamos a acompanhar de forma mais intensa os cuidados com os canteiros de hortaliças e verdura, bem como o trabalho com as plantas medicinais.

Nesse contexto e lugar, parte da pesquisa-ação acontece nos mutirões de limpeza e organização da horta como um todo, que configuram espaços de trocas e diálogos de saberes-fazeres importantes para o fortalecimento do grupo, e para as relações de participação, solidariedade e autonomia decisória. A partir de 2022, passamos a desenvolver algumas oficinas com o grupo, em que buscamos dialogar sobre a história da horta comunitária, desafios e conquistas considerando o período de existência da mesma e as transformações ocorridas dentro do grupo. Já a cartografia social é desenvolvida em conjunto com as oficinas, num movimento de debate, reflexão e diálogo.

A horta comunitária Amarbem/CIMMAD nasceu de um projeto de extensão universitária da UNIOESTE, em 2013, voltado para o resgate e cultivo das plantas medicinais no bairro Padre Ulrico, em Francisco Beltrão (FLÁVIO e SANTOS, 2017). Ao longo de sua trajetória, a horta tem se configurado em um lugar de encontros, de trocas e diálogos de saberes e fazeres socioambientais voltados para a sustentabilidade da vida. Nesse sentido, considerando as fases 1, 2 e 3 da IAP, faz-se importante mencionar como estamos pensando, agindo e trabalhando com o grupo. Tendo em vista que nossa pesquisa está em andamento, desse modo, aqui descreveremos e refletiremos numa perspectiva de planejamento conjunto com os sujeitos, frente à algumas ações que já realizamos e outras que iremos realizar ao longo de 2023.

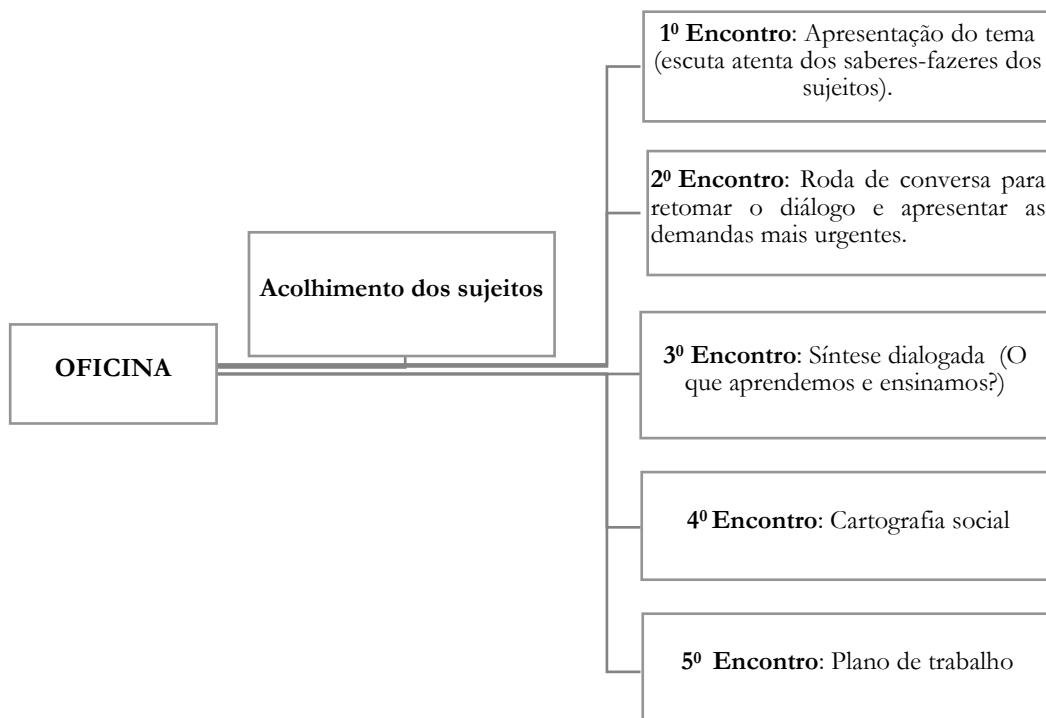
A inserção no lugar acontece de forma contínua, em que acompanhamos o grupo em suas agendas semanais, seja na recepção de grupos para as visitas na horta comunitária seja no trabalho de manutenção da mesma. Ou ainda, participando das reuniões de trabalho e tomada de decisões, cursos de formação fora do bairro, auxiliando no bazar beneficente (que acontece uma vez por mês), bem como outros espaços de diálogos, que o grupo é convidado. Assim, a inserção social congrega a observação participante e a pesquisa-ação.

A realização de oficinas com o grupo tem o objetivo de identificar e debater as demandas coletivas, configurando-se em um momento de reflexão sobre a realidade existente e os desafios a serem superados. Dessa forma, as oficinas podem ser entendidas como a construção de espaços de diálogos, que compreendem movimentos de aprendizagem, em que o trabalho acontece de forma colaborativa e participativa, num ritmo de trocas de experiências contribuindo para a produção de saberes e conhecimentos coletivos (Careaga et al, 2006).

A coprodução de conhecimentos socioambientais, conforme Floriani e Vergara (2015), pode acontecer na interrelação das experiências e saberes dos sujeitos, a partir das territorialidades cotidianas, num movimento participativo de diálogos de saberes. E o espaço das oficinas, pode contribuir para esse movimento de aprender e ensinar coletivamente. Nessa direção Rodrigues Holguin e Martínez Restrepo (2015), destacam que a realização de oficinas se configura em caminhos de inserção social, contribuindo para criar relações de confiança no contexto das comunidades, podendo resultar em experiências ricas de coprodução de conhecimentos socioambientais localizados/enraizados.

De modo geral, em nossa pesquisa-ação-participativa, buscamos desenvolver as oficinas com o grupo considerando o ritmo e as demandas apresentadas pelos sujeitos, com o objetivo de contribuir com os mesmos, de forma participativa e respeitosa. Assim, a intenção é gerar ao longo dos encontros, contribuições para o processo reflexivo da pesquisa e nas ações e planejamentos coletivos voltados para as demandas e problemas do grupo e da comunidade (Canevari, 2021). Nessa direção, as oficinas são realizadas de acordo com um planejamento coletivo que congrega as percepções e opiniões dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Conforme pode ser observado na figura 1, os encontros são organizados a partir de temas gerais e com atividades diferentes, resultando na cartografia social e em um plano de trabalho participativo.

Figura 3: Planejamento da Oficina



Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, cabe destacar que a cartografia social inicia já no primeiro encontro, considerando os diálogos que acontecem, de modo que envolve três perguntas basilares: i- como era? ii-como é? iii-como gostaria que fosse (sonhos e metas). Dessa forma, no decorrer da oficina as demandas mais urgentes vão sendo identificadas, bem como os aspectos históricos, as percepções e significados do lugar vão aparecendo nas falas e desenhos dos sujeitos.

Outro elemento importante, que pode ser identificado nesse processo, são os conflitos interno do grupo, como problemas de organização e questões relativas aos fundos de recursos e aplicação do mesmo. Nesses casos, cabe ao pesquisador/a, contribuir na resolução dos problemas identificados de forma respeitosa e humilde, buscando participar da construção das soluções com o grupo, sem desprender-se do ‘fazer com’.

Já em relação ao desenvolvimento da cartografia social, cabe mencionar que entendemos esse movimento a partir de uma perspectiva contrahegemônica de (re) existências, enquanto um exercício estratégico que amplia as ações políticas dos sujeitos e dos grupos populares, contribuindo para o fortalecimento da resistência, sendo um marco importante da metodologia IAP (Mansilla, 2021). Na mesma direção, Rodrigues Holguin e Martínez Restrepo (2015) afirmam que a cartografia social pode auxiliar o/a pesquisador/a no envolvimento com os sujeitos, contribuindo para e no processo de ressignificação do território enquanto lugar de vida, configurando-se em uma técnica

estratégica de diálogos e desenhos, que evidenciam aspectos e elementos dos territórios a partir dos sujeitos.

A cartografia social combinada com a realização de oficinas pode contribuir didaticamente na coprodução de saberes-fazer socioambientais, voltados para a produção de mapas que projetam imagens coletivas dos lugares e dos territórios (Rodríguez Holguín e Martínez Restrepo, 2015). Nesse sentido, entendemos que esse exercício valoriza os saberes-fazer dos sujeitos, abrindo espaço para a participação coletiva, contribuindo para o diálogo de saberes, voltados para os lugares de vida.

Nesse sentido, estamos propondo junto ao grupo, atividades participativas congregando encontros voltados para a identificação das demandas mais urgentes, buscando contribuir de forma ativa na resolução dos problemas, trabalhando junto com os sujeitos, nas diferentes dimensões da pesquisa-ação-participativa. Dessa forma, buscamos construir com os sujeitos uma compreensão da pesquisa, da extensão e do ensino a partir de um movimento de práxis organizativa, política e pedagógica que busque sair de uma concepção contemplativa para uma outra de ação e reflexão, em que se possa aprender e compartilhar práticas cotidianas, com inserção social e participação social (Mercedes Palumbo, Plaza Ana e de Mingo, 2022), contribuindo-se com e para a comunidade.

Essa opção pela pesquisa-ação-participativa vem ao encontro de outras formas de produção de conhecimentos, voltados para a diversidade de saberes e fazeres, na dimensão das territorialidades cotidianas. Nessa direção concordamos com Maldonado-Torres (2019), quando crítica a postura academicista e cartesiana de produção do conhecimento, evidenciando a importância da relação sujeito-sujeito, pesquisador/a-comunidade e a práxis territorial, contrário ao movimento classificatório da ciência moderna.

Para Maldonado-Torres (2019) ao hierarquizar em classes os conhecimentos, concepções teorias, normativas e paradigmas, diferenciando espaços, tempos e vida, considerando tais classificações como 'verdades' absolutas e universais, constroem-se armadilhas que dificultam a compreensão das interrelações existentes entre teoria-prática, política-cultura e sociedade-natureza, privilegiando determinados espaços 'reflexivos' como as universidades.

Esse movimento, contribuir para o silenciamento e para a invisibilizar conhecimentos populares, experiências e lutas, bem como reflexões e resistências cotidianas, que extrapolam os muros acadêmicos (Maldonado-Torres, 2019). Nesse sentido, quando convivemos com os sujeitos e nas comunidades, aprendemos as cotidianidades, na sua diversidade, o que possibilita sentipensar as territorialidades cotidianas que dinamizam os lugares, a partir dos modos de vida.

Nesse sentido, o território é entendido como lugar de vida, em que as experiências socioambientais são tecidas por saberes-fazeres individuais e coletivos, congregando subjetividades, sensibilidades, sonhos, significados, bem como conflitos, sobreposições e afastamentos. Os sujeitos tecem suas territorialidades combinando cotidianidades singulares de cada lugar, e esse movimento pode configurar diálogos de saberes importantes para a preservação da vida, como por exemplo na produção de hortaliças, verduras e legumes orgânicos, voltados para a alimentação de crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou ainda a preservação das plantas medicinais e seus usos, como formas de cuidado com a saúde, como se faz na horta do CIMMAD.

As relações sujeito-sujeito, a comunicação contínua, o compromisso político são aspectos imprescindíveis para a geração de espaços de diálogos e trocas fazeres que não podem ser previamente planejados. Desse modo, ao optarmos pela IAP como metodologia de pesquisa, nos propomos trabalhar, ouvir, dialogar, investigar e agir de modo ético, respeitoso e humilde, buscando construir parcerias participativas, que contribuam com as decisões dos grupos, bem como o atendimento das demandas da comunidade e dos sujeitos.

Na realização das oficinas e da cartografia social, entendemos o lugar a partir das diferentes dimensões das interrelações que os sujeitos possuem com o meio onde vivem, considerando a natureza e as cosmologias, como partes integrantes das territorialidades. Assim, a coprodução de saberes socioambientais pode acontecer a partir de experiências que envolvem os sujeitos, seus modos de vida, sensibilidades, histórias e lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de IAP tem sido debatida e trabalhada especialmente na América Latina desde a década de 1970 e Orlando Fals Borda é um dos principais fundadores e difusores dessa metodologia, juntamente com outros/as pesquisadores/as preocupados com o desenvolvimento regional da América Latina. O objetivo maior da metodologia é a coprodução de conhecimentos que possam fomentar a transformação social com as classes populares, coproduzindo processos e movimentos ‘desde abajo’, com enraizamento territorial, ou ainda localizados geopolítica e culturalmente.

Nesse sentido, o compromisso social com as bases populares, a imersão social e a consciência política do/da pesquisador/a são fundamentais. Assim, a coconstrução de conhecimentos é um dos princípios que estruturam a transformação social, por partir do

enraizamento territorial e da valorização dos sujeitos, dos lugares e dos saberes-fazeres socioambientais presentes no mesmo.

Esse movimento, no entanto, exige posturas acadêmicas diferentes das tradicionais, ensinadas pela universidade. Se requer posturas humildes e comprometidas com o ritmo de reflexão-ação, a construção de relações de confiança sujeito-sujeito, o desenvolvimento de uma comunicação adequada e simples, que possibilita a participação ampla dos sujeitos nos processos de pesquisa e sistematização dos conhecimentos, bem como disciplina por parte do pesquisador/a, para não perder a cientificidade no processo de pesquisa.

Nesse caminho, relação universidade-comunidade-lugar, configura-se por meio da tessitura de redes e cooperações entre os sujeitos, funcionando como caminho de mediação das relações existentes nos lugares. Esse movimento, portanto, volta-se para o enraizamento territorial, considerando as relações de identidade, pertencimento, cotidianidades e territorialidades que dinamizam os lugares e tecem os territórios de vida.

Com esse entendimento, estamos considerando, nesse momento da nossa pesquisa-ação-participativa (ainda em construção), o CIMMAD, bem como a horta comunitária Amarbem/CIMMAD, enquanto lugar de coprodução de conhecimentos, por meio de diálogos de saberes e saberes socioambientais a partir da IAP.

REFERÊNCIAS

ARDANS, Omar. Comunidade, enraizamento, socioambiente: entre poética e política. **Ciências Sociais Unisinos** [en línea]. 2014, 50(3), 234-243[fecha de Consulta 6 de Abril de 2023]. ISSN: Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93835316007>.

CAREAGA, Adriana et al. **Aportes para diseñar e implementar un taller**. 8vo. Seminario Taller en Desarrollo Profesional Médico Continuo (DPMC) 2das Jornadas de Experiencias educativas en DPMC, 2006.

CASTRO, Claudio E., e SODRÉ, Ronaldo B. Do território múltiplo ao lugar comunitário. In: CASTRO, Claudio et.al (org). **Geografias fora do eixo**: por outras Geografias feitas com práxis territoriais. Londrina: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022, p. 51-76.

CICHOSKI, Pamela. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa**: contribuições de Orlando Fals Borda. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

CICHOSKI, Pamela; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize e WEDIG, Josiane Carine. Investigación-Ação-Participativa e diálogos de saberes: perspectiva para sentipensar experiências na América Latina. In: BASCONZUELO, Celia Cristina, DÍAZ ESTEVES, Víctor y ARAVENA CARRASCO, Antonio (Comp). **¡A desalambrar!** Resistencias, desigualdades e itinerarios posibles en sociedades latinoamericanas. Santiago de Chile, editorial: Ariadna Ediciones, 2022, p. 160- 178.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur*. **Revista de Antropología Iberoamericana**, V 11, N 1, 2016, p. 11 – 32.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. **Simposio Mundial de Cartagena**, vol. 1, Bogotá, Punta de Lanza – Universidad de Los Andes, 1978, p. 209-249.

FALS BORDA, Orlando. El problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis. In: HERRERA FARFÁN, N y LOPEZ GUSMÁN, L. (Org). **Ciencia, compromiso y cambio social**. Buenos Aires. 2014 [1997], p. 213 -239.

FALS BORDA, Orlando. Experiencias teórico-prácticas. In: **Una sociología sentipensante para América Latina**. Cidade do México: Siglo veintiuno, Clacso, 2015 [1998], p. 303-366.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 8ªed, 3ª reimpressão, 2006 [1981], p. 42- 62.

FLAVIO, Luiz C. e SANTOS, Roseli Alves dos. Movimentos e projetos de resgate dos saberes sobre as plantas medicinais no campo e na cidade em Francisco Beltrão/PR (Brasil). In: SAQUET, Marcos e ALVES, Adilson. **Processos de cooperação e solidariedade na América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 345 -366.

FLORIANI, Dimas. Por uma epistemologia da diversidade. **ResearchGate**, janeiro, 2009.

FLORIANI, Dimas e VERGARA, Nelson. Hacia un pensamiento socioambiental: aproximaciones epistemológicas y sociológicas. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, n. 2015, p. 11-27.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

LEFF, Enrique. Devenir de la vida y transcendencia histórica: las vías abiertas del dialogo de saberes. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, edição especial Dialogos de saberes socioambientais: desafios para as epistemologias do Sul, v. 50, 2019, p. 04-20.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Da colonialidade dos direitos humanos. In: SOUSA SANTOS, B. (org). **O Pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. BH: Autentica Editora, 2019, p.87-110.

MERCEDES PALUMBO, Maria. PLAZA ANA, Betina e DE MINGO, Clara. Los procesos de Construcción epistémica en la economía popular rural: conocimientos saberes y aprendizajes en movimiento. **Cuaderno Venesolano de Sociología**, n. 1, v. 31, 2022, p. 55-79.

MOTA NETO, J. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.

RAPPAPORT, Joane. Visualidad e escritura como acción: Investigación Acción Participativa en la Costa Caribe Colombiana. **Rev. Colomb. Soc**, vol. 41, Colombia, 2018, p. 133-156.

SAQUET, Marcos. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e decolonial. **Revista NERA**, v. 24, N 57, 2021, p. 54-78.

VÁSQUEZ, Adolfo, S. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: diferencia y nación de otro modo. In: **Desarrollo e interculturalidad, imaginario y diferencia: la nación en el mundo andino**. Quito: Academia de la Latinidad, 2006, p. 27-43.

Recebido em: 29 de agosto de 2023

Aceito em: 15 de setembro de 2023

